

Centrão resiste a apoiar R\$ 175 bi para governo Lula por quatro anos

'PEC DA TRANSIÇÃO'

SEM 'CHEQUE EM BRANCO'

Centrão resiste a apoiar valor de R\$ 175 bi e Bolsa Família fora do teto por 4 anos

NATÁLIA PORTINARI
E JUSSARA SOARES
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Uma chamada "proposta de emenda à Constituição (PEC) da Transição", que busca abrir espaço para viabilizar o Bolsa Família de R\$ 600 em 2023 e o reajuste do salário mínimo, entre outras demandas, enfrenta resistência entre parlamentares do Centrão. O texto da proposta, que só deve ser apresentado na quarta-feira, precisa ser aprovado no Senado e na Câmara para valer no próximo ano. Integrantes de siglas do Centrão afirmam que não concordam em dar um "cheque em branco" ao novo governo e dizem que será necessário negociar a proposta para que ela seja votada.

Dois pontos suscitam divergência: o valor da "licença para gastar", calculado em R\$ 175 bilhões, que ficam fora do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas públicas) e o prazo de validade que o governo eleito tenta aproveitar para estalocência, de ao menos quatro anos. Estes dois aspectos já foram acordados no Senado, segundo o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

'NÃO VAMOS TIRAR EMENDAS'

No domingo, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), disse ser a favor da PEC somente para o primeiro ano de governo e para financiar os R\$ 600 do benefício e o aumento do salário mínimo em 2023 — as duas propostas faziam parte da campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo Ciro, as



Só em 2023. O ministro Ciro Nogueira diz que prazo de 4 anos de Bolsa Família fora do teto de gastos representaria uma "usurpação de poder" do novo governo

outras iniciativas de Lula podem ser debatidas depois. Ontem, ele disse que tirar o Bolsa Família do teto de gastos por quatro anos, como tem defendido o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), é "usurpação de poder".

O relator do Orçamento, porém, fala em alteração permanente, retirando o benefício social do teto. "A PEC da Transição tem um princípio justo e é urgente. Não vejo necessidade de colocarmos um prazo de validade em uma medida social, que vai ter um impacto de mais alta importância na vida dos brasileiros mais

pobres", escreveu ontem em uma rede social. "Seria um desgaste desnecessário termos que fazer articulação política todos os anos para convencer os parlamentares do óbvio: a nossa responsabilidade social com os mais carentes".

O PT quer incluir na PEC a recomposição de verbas do Farmácia Popular e obras do Minha Casa Minha Vida. Segundo o relator, o valor de R\$ 175 bilhões já está "acertado verbalmente" até com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

— O que há de novo são as declarações do Ciro Nogueira.

É preciso saber se está falando em nome dele ou do Centrão todo, porque não foi isso que foi conversado — afirmou Castro ao GLOBO.

A avaliação de líderes do Centrão é que excluir permanentemente o Bolsa Família do teto daria muita força ao governo eleito. No governo Bolsonaro, exceções ao teto foram negociadas caso a caso, o que incluiu a liberação de emendas de relator, base do orçamento secreto, mecanismos que parlamentares alinhados ao Palácio do Planalto podiam indicar mais recursos a seus redutos eleitorais do

de das emendas de relator, o orçamento secreto, como moeda de troca, como alegou na semana passada o senador Renan Calheiros (MDB-AL). Aliado do governo eleito, Calheiros vem criticando a necessidade de aprovar uma "PEC de Transição".

— Mas não é porque ele (Lula) é contra as emendas de relator que nós vamos ter que tirar. Não vamos tirar. As emendas de relator vão ser aperfeiçoadas, com um critério de distribuição melhor e mais transparência. Mas isso não tem nada a ver com a aprovação da PEC — disse Elmar.

O deputado Cláudio Cajado (BA), presidente do PP, defendeu que a PEC deveria valer apenas para 2023:

— O que o senador Ciro falou tem lógica. Não dá para chegar e liberar tudo agora durante os quatro anos, porque o novo Congresso também precisa se manifestar.

Líder do governo Bolsonaro no Senado, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) disse que a bancada votará o que foi promessa em comum das duas campanhas. Hoje, no entanto, os bolsonaristas são minoria no Senado, e Pacheco tem articulado pela aprovação da PEC.

ECONOMISTAS QUEREM TEXTO

Portinho destacou ainda que a oposição só deverá dar início ao diálogo com o ministro da Economia indicado:

— Só sei o que leio na imprensa e o que vejo não é bom, porque a condução está errada e não tem o ministro indicado. Ele é o avalista de qualquer projeto econômico, de furar teto etc. Sem o nome do ministro, é um cheque em branco de R\$ 175 bilhões.

Lira foi indagado sobre o acordo para os R\$ 175 bilhões citado por Castro, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

— O governo novo pode ser muito. Mas não pode tudo. Se exagerar, pode envelhecer logo na largada — avaliou Eduardo da Fonte (PP-PE).

Em outra frente, o grupo técnico de Economia da Transição informou em nota que fez a primeira reunião de trabalho na última sexta-feira e que solicitou à Coordenação da Transição acesso ao texto da "PEC de Transição" e aos dados que a embasam. (Colaboração Manoel Ventura)

DESDE 2019, A REGRA FOI ALTERADA TODOS OS ANOS DO GOVERNO BOLSONARO

R\$ 520 bi

Foi o gasto extrateto em 2020 por causada pandemia. Em 2019, com o leilão da cessão onerosa, foram transferidos R\$ 46,1 bi fora da regra fiscal a Petróleas e estados

R\$ 114 bi

Foi o estouro fora do teto em 2021, resultado da PEC dos Precatórios e da mudança do indexador da regra fiscal

R\$ 155 bi

Foi o gasto extra neste ano, por causadas medidas eleitorais adotadas por Jair Bolsonaro, como o Auxílio Brasil e outros benefícios sociais

R\$ 175 bi (?)

É o valor, ainda não anunciado oficialmente, da "PEC da Transição", negociada pelo novo governo, que ficaria fora do teto e bancaria o Bolsa Família de R\$ 600 em 2023

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13